

Posição para reunião dos devedores sai 2ª

Da sucursal de BRASÍLIA

Da terceira e última reunião que os ministros do Planejamento e da Fazenda terão com o chanceler Saraiva Guerreiro, provavelmente na próxima segunda-feira, deverá surgir um documento que definirá a posição do Brasil na reunião de Cartagena, nos dias 21 e 22 do corrente, o qual será apresentado como proposta brasileira para a declaração final do encontro.

Os passos definitivos para a redução desse documento foram dados na última terça-feira, quando Guerreiro se reuniu com Galvães e o assessor internacional da Seplan, para discutir os limites da posição brasileira em Cartagena e do que pode ser objeto de transigência em face de uma eventual pressão dos demais participantes do encontro, especialmente da Argentina, que está em rota de colisão com o Fundo Monetário Internacional — FMI.

SEM NEGOCIAÇÃO

Uma fonte oficial da Seplan garantiu que, sejam quais forem as pressões que o Brasil venha a sofrer em Cartagena, por parte de países como a Argentina, a Colômbia ou o Equador, não há possibilidade de se afastar da diretriz estabelecida, que é a de estimular manifestações de desagrado em relação ao bloqueio comercial, às altas taxas de juros e às dificuldades dos devedores para cumprir seus compromissos, sem, contudo, apoiar qualquer proposta relativa à renegociação coletiva da dívida ou à imposição de condições relativas ao pagamento das taxas fixas de juros, ou capitalização total

ou parcial dos encargos da dívida.

O informante disse que as conversações em Cartagena se assemelharão a uma espécie de dança, a uma representação: um passo para cá, outro para lá, tudo com o propósito de formar, entre os credores, a consciência de que os devedores enfrentam dificuldades e, portanto, precisam da liberação do comércio e da flexibilidade das condições de negociação, para enfrentar as dificuldades conjunturais, porém não se irá além disso.

No entendimento da Seplan, mais importante do que a baixa dos juros é a liberação do comércio, com a eliminação das restituições não só por parte dos Estados Unidos, mas igualmente da Europa e do Japão. Se for possível conseguir isso em um prazo de, pelo menos, cinco anos, o Brasil terá condições de atravessar a crise crescendo e de continuar pagando os encargos de sua dívida externa.

CONVOCAÇÃO

O senador Henrique Santillo (PMDB-GO) requereu ontem a convocação do ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, para, logo após a conferência de chanceleres da América Latina, a se realizar no dia 21, na Colômbia, prestar esclarecimentos no plenário do Senado sobre a posição brasileira diante da dívida externa da região.

Santillo quer que Guerreiro explique também se há possibilidades de suspensão do pagamento da dívida dos países latino-americanos, por um determinado período, considerado importante para a retomada do desenvolvimento econômico.